



# HOMOCULTURAS: O-CU-P-AÇÃO ESTÉTICA E PARTILHAS DE SI

HOMO CULTURES: AESTHETIC O-CCU-P-A(C)TION  
AND DIVIDE OF THE SELF

Paulo César García<sup>1</sup>

*Resumo:* Dentro do contexto do Seminário do grupo de pesquisa da ANPOLL “A mulher na literatura”, as questões de identidade sexual vivenciada e construída no Brasil obtiveram marcas relevantes, tendo em vista que, desatado os nós com a crítica feminista no eixo das análises literárias, também se criou um corpus analítico da homocultura para os estudos literários. Este texto visa apresentar um perfil histórico envolvendo o sentido de homocultura o qual compreendo por um eixo político, como movedor de possíveis diferenças para pensar as identidades sexuais em textos poéticos e ficcionais. Assim, asseguro a grafia o-cu-p-ação por um recorte de ação indisciplinada e dissidente ao considerar outros domínios mais fluidos para posicionar corpos, sexualidades, gêneros.

*Palavras-chave:* Homocultura; Política; Corpos; Identidades sexual e de gênero.

---

<sup>1</sup> Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia, do Curso de Licenciatura em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. É associado do GT Anpoll Homocultura e Linguagens, do Grupo de Pesquisa Enlace, da UNEB, e Intersexualidades, do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa da Universidade do Porto/Portugal.  
E-mail: p.garcia@terra.com.br.

---

Abstract: *Within the context of the Seminar of the ANPOLL research group "Woman in Literature", the questions of sexual identity experienced and constructed in Brazil obtained relevant marks, given that, unleashed with feminist criticism in the axis of literary analysis, also, an analytical corpus of the homoculture was created for the literary studies. This text aims to present a historical profile involving the sense of homoculture and with which I understand by a political axis, as a driver of possible differences to think of sexual identities in poetic and fictional texts. Thus, I assure the spelling o-cu-p-action by an undisciplined and dissident cut of action, considering other more fluid domains to position bodies, sexualities, genres.*

Keywords: *Homoculture; Politics; Bodies; Sexual and gender identities.*

"Por mais que dispamos o que vestimos, nunca chegamos à nudez,  
pois a nudez é um fenômeno da alma".

(Fernando Pessoa, *Livro do Desassossego*)

Em "A partilha do sensível", Jacques Rancière (2005, p. 16) "faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade exerce. Assim, ter esta ou aquela 'ocupação' define competências ou incompetências para o comum". A partilha, assim definida, ampara para o fato de ser ou não visível em um espaço comum dotado de uma palavra comum. Trata-se de trazer em mente a política de uma "estética", ou melhor, retomando a leitura de Kant por Foucault, trata-se de uma "estetização da política" como o sistema de formas de existência *a priori*, determinando o que se dá a sentir, melhor, o que dá para ocupar.

A consideração de Rancière, dado o significado para a apresentação: **HomoCulturas: o-CU-p-AÇÃO** estÉTICA e parTilhas de Si, é instigante para refletir o ato de o-cu-p-ação<sup>2</sup> avesso a posturas negativas de repressão, proibições, normas, depreciações. Por esse lugar de enunciação, a partilha do corpo socializada pela conduta de sujeitos proporciona a ação ética operada na identidade de gênero e de sexualidade de modo a não reproduzir sentidos de verdades determinados para a naturalização e garantias para o processo binário das categorias de gênero. Assim sendo, trata-se de ver que o ato de desfazer da sexualidade pela via da essencialização não está comungado no ritual ordinário do cisgênero e, sim, na busca em estreitar a estratégia política, bem ao estilo foucaultiano: o que se faz do corpo, como "o corpo é construído e se constrói como identidade" (PRECIADO, 2014, p. 95). Este texto visa compreender como

---

<sup>2</sup> A grafia da palavra é proposital para este texto. Incomum para as regras gramaticais, transgressora para os/as que compartilham de um lugar à margem.

---

a literatura trilha pelo espaço político, partilha mesmo uma forma de empreender a leitura enquanto tradução da cultura, de perceber o texto como movedor de possíveis diferenças para pensar a subjetividade.

A palavra ocupação, asseguro aqui, é indisciplinada ao terreno áspero e trago o seu significado no contexto de esgarçar a grafia o-cu-p-ação, em consideração aos saberes de porte pós-colonial que frutificam outros domínios para outros lugares mais fluidos e dialógicos que a ela convêm. Cartografar a subjetividade como dispositivo de estar abjeta se apoia na experiência de acionar a ruptura com o centro para quem não se vê representada/o na inteligibilidade de gênero. Para Berenice Bento (2017, p. 50), a abjeção deve ser “pensada cultural, política e historicamente”. Nesse sentido, a literatura “ocupa o lugar do diferimento”, dissemina o poder falar dos subalternos, rastreando campos de atuação em que se apresentam os/as despossuídos/as de existência, os/as que viabilizam também o projeto de nação.

A experiência e a partilha da diferença mediadas pelas vozes poéticas, restauram, histórica e culturalmente, os lugares de fala e os marcam na tensão do jogo atribuída entre o hegemônico e o estado de fora, o/a abjeto/a, entre o/a visível e o/a invisível. As assimetrias de gênero e de sexualidades não se tornam silenciadas quando se colocam sobre o enfrentamento de modo a traduzir os contratextos na medida do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo, como afirma Rancière (2005, p. 17).

Há mais de trinta anos, as teorias do pós-estruturalismo e dos estudos culturais trouxeram ao Brasil vários leques para a desconstrução do sistema e da cultura nacional, tendo em vista uma tomada de leituras de pesquisadoras/es, a partir de considerações interpretativas frente à exposição de imagens, “fantasmas”, significados que embaralham e embaralhavam a partilha das identidades em seus diversos modos de enunciação.

Embasado pelas referências epistemológicas da crítica pós-estruturalista francesa e dos estudos culturais anglo-saxões, o percurso para a noção do sentido de homocultura – princípio que Mário César Lugarinho e José Carlos Barcellos apresentaram para um contexto cultural e histórico da nação e, debatendo a importância de peso para a questão da identidade sexual gay vivenciada e construída no Brasil –, foi acolhido, tendo em vista que já havia desatado os nós com a crítica feminista e com a ótica dos estudos sobre a mulher no eixo das análises literárias, a exemplo do que realizava a Professora e

---

Pesquisadora Zahidé Muzart e, mais frequentemente, Tânia Regina Ramos, Simone Schmidt e Cláudia Lima Costa, na Universidade Federal de Santa Catarina, ou Ivya Iracema Duarte Alves, na Universidade Federal da Bahia.

Partindo do fundamento das teóricas feministas, o caminho de criar um *corpus* analítico do sentido de homocultura para os estudos literários ganha força já vista com “a necessidade absoluta de um combate sem tréguas à homofobia, onde quer que esta se manifeste”, dando expressiva base, nos anos 90 do século XX. Ainda de acordo com José Carlos Barcellos (2006, p. 10-11), “a importância de se manter um olhar crítico para a relação entre a liberalização dos costumes e a lógica do capital” e, por último, “o imperativo da vigilância acerca das implicações práticas das posturas teóricas assumidas” balizam o fórum das discussões que mexem com eixos estreitos, com as mediações de ordem cultural e, por hora, que se destacam nas pesquisas produzidas.

Assim, alguns tópicos elencados pelo crítico Barcellos ganham destaque: o aparato descritivo, desconstrutor e de face pós-estruturalista que coloca como pauta maior a vigilância lúcida e consciente do lugar de onde e como o outro fala, sendo que, nesses lugares, configura as tensões que envolvem o viés das margens *versus* o pensamento autoritário, os imperativos do controle dos corpos, a regularização da legalidade e legitimidade dos direitos e as posições dos sujeitos que confirmam, por esses tópicos enunciativos, as inexpressivas identidades de gênero e de sexualidades construídas no solo social.

Estou me reportando a um recorte histórico, durante o início desses anos iniciais, a que tanto Barcellos como Mário César Lugarinho deram significativa importância, para refletir os valores do texto literário, não somente dizendo respeito a sua criação e transmissão de saber, mas, a sua ação, no ato de editar conhecimento, em um movimento autônomo e de livre acesso à legitimidade das histórias e culturas por ele enunciada, respeitando, também, a qualidade da forma que lhe dá sentido, direcionando para a construção de um viés estético que abrisse espaço para as marcas políticas que a literatura solicita.

É assim que Mário César Lugarinho relaciona com os demais seguidores dos estudos sobre a homocultura na área de Literatura o que se enuncia por nós. Visando os pontos analíticos em torno dos contextos sociais para os textos e humanizar os direitos para a esfera do literário, do que nos diz e de como compartilhar políticas para o texto literário frente às subjetividades à margem, a linhagem da tese dos argumentos era de progredir com o trajeto inicial, o que deu fruto para criar a Associação Brasileira de Estudos da Homocultura

---

(ABEH), idealizada no final dos anos 90, com os encontros de estudiosos em Niterói, e cujo objetivo foi promover e difundir pensamentos críticos sobre a diversidade sexual e de gênero.

A partir daquele primeiro encontro entre os/as pesquisadores/as da área de Letras, na Universidade Federal Fluminense (UFF), os incentivos aos estudos e às pesquisas da temática homossexual tiveram ascensão em diferentes áreas de conhecimento, dando visibilidade às outras expressões e discursos sobre as sexualidades lésbicas, gays e demais gêneros, como as travestis que, de modo avesso aos conceitos heterodoxos e homogêneos, também se instalam perante um corpus de leituras e de inserções de visibilidade no Brasil, ecoadas em obras literárias de Adolfo Caminha (Bom crioulo), Capadocio Maluco (O menino do Gouveia), no século XX, João Silvério Trevisan, Glauco Mattoso, Cassandra Rios, Aguinaldo Silva, Luís Capucho, Waldo Motta, nos últimos decênios do século XX, seguido dos mais modernos Caio Fernando Abreu, João Gilberto Noll, Marcelino Freire, Bernardo Carvalho.

Dado o movimento científico e epistemológico fundado naquele tempo, professores/as e pesquisadores/as dos últimos decênios do século passado e do atual, reincitam as reflexões e re-atiram o pontapé inicial para uma rede de estudos que se forma e dá sequência às intersecções de novas linguagens, ficando claro, assim, que a crítica literária se mantém viva e ativa ao lado e à luz das contingências do cânone. Contudo, resistindo às investidas contracanônicas, não esquecemos a gritante elucidação de Mário César Lugarinho:

O que denominamos como emergência de uma ‘consciência histórica dotada de uma identificação imediata a sua diferença sexual’ pode ser, hoje, alargada na medida em que a investigação teórica a respeito das relações entre a cultura e a identidade homossexual precisou desenhar um conceito eficaz que lhe desse mais contornos definidos: o conceito de ‘homocultura’ (2004, p. 27).

A partir da alargada da história e histórica do grupo de trabalho “Homocultura e Linguagens”, que foi aceito e recepcionado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL), o grupo de trabalho opera durante o evento da Associação, no Rio de Janeiro, em 2010. Dada a produção de pesquisas em desenvolvimento e que visam abordar a homocultura com a perspectiva de arcar com os questionamentos diretamente relacionados às Letras e às linguagens delas decorrentes, no que se refere às identidades de gêneros e de sexualidades, parece que a crítica literária ligada às questões da literatura e cultura ainda está sob fogo cruzado, quando assuntos

---

bem atuais sobre o lugar de homens-trans brancos, homens-trans negros, mulheres-trans brancas e mulheres-trans negras, travestis e queers solicitam eixos de transversalização, talvez melhor, intersecção, para leituras no tom de dissidências. Mais, um gesto para se o-cu-par se faz preciso nos estudos literários. Não se trata de tributo aos textos de autores/as engajados/as, mas de perceber que o silêncio como sintoma de algo que se declina e com as novas formas de vida aí presentes se torna acontecimento discursivo e que merece a devida atenção e discussões com os aportes necessários que a atualidade imprime. A fala difere e requisita sentidos do que fala de nós.

Seguindo o percurso histórico, colocando a visibilidade das posturas teóricas enaltecidas por Barcellos e Lugarinho, atualmente, o problema fundamental a ser encarado é como tornar viável a produção literária atribuindo, ao crivo dos gêneros como articulador de discursos, destaque maior e com grau de consciência política, sem reducionismos, mas com impactos de fruição estética. Se a “literatura permite respirar”, como pensa Barthes (2003, p. 172), tratar de LGBTI+ ocupando espaço no literário se dá porque ela necessita de mais fôlegos para ouvir a língua *no e fora do poder*, com testemunhos que habilitem o *ex-cêntrico*, tomando a sua exceção enquanto provedor de desmascaramento das estruturas binárias convencionais e também das anticonvencionais, buscando reportar as dissidências, formas para ler/ver os sujeitos, como os que suplementam ordens, desenham os limites e suas fronteiras.

Portanto, a literatura não deve ser refutada aos olhos da discriminação no ambiente acadêmico no tocante aos estudos LGBTI+. O triste acontecimento da intolerância que acometeu a exposição *queermuseu*, na Fundação Santander, em Porto Alegre/Brasil, em 2017, mostra o controle sobre a liberdade de expressão. Arte cerceada, cercada por cabeças retrógradas e não pensantes. A arte-queermuseu partilha da noção de Rancière, uma estética que incitou ser o-cu-pa-da por políticas com base em competências ou incompetências para o comum, significando exaltar o princípio de como as leituras, as visões artísticas são construídas e se tornam uma possibilidade de exercitá-las com a experimentação de possíveis subjetividades em suas diversas criações.

Para lembrar com Derrida (2009), as artes, todas elas, exercitam o espaço do suplemento, melhor, percebem como os outros e novos ex-cêntricos são peças fundamentais na história e na memória coletiva de nossa sociedade, avaliando a relevância da presença dos/das inomináveis para uns, mas tão vivas

---

peças para outros/as, transexuais, travestis, transgêneros, todas com a insistência no reconhecimento de direitos, de poder, de voz.

Ainda encontro, com Barthes (1973), o retrato do relato que está ali, como a vida assim visualizada na exposição da intimidade que se move pelos trânsitos, pelos espaços desterritorializados, não para ser iluminado por um lugar de submissão e disciplina regida pelo sistema social e cultural das exortações à raça superior e da legitimidade heterossexista. Esse lugar, não queremos mais, sem retornos ao recalcado e para a percepção de uma realidade cada vez mais cêntrica, pois não podemos perder de vista, aí, a mútua implicação entre linguagem e vida, narração e estilização de existência, com foco na experiência de si. A enunciação de subjetividades LGBTI+ traz embutido o caráter agenciador e temporal interligado às normatizações que se incorporam aos gestos de fala, que passam a ser desfeitas à medida que os códigos culturais são revistos e a busca por tempos de fluência no território em que gira o sentido do múltiplo e do diverso é alçada.

Aliado a isso, Agamben (2002, p. 69) trata da “vida nua”, externando, em *Homo Sacer*, com o ser humano esvaziado de qualidades de sujeito, apontando, descrevendo os sobreviventes do campo de concentração, que “é possível perder a dignidade e a decência para além da imaginação, de que ainda há vida na degradação mais extrema”. A respeito do pensamento de Agamben, Ana Luísa Amaral mostra

[...] que o corpo precisa de outro corpo para ser e estar no mundo, para organizar a sua própria identidade. Mas esse outro corpo deverá ser-lhe aliado em dignidade. Só sou quem sou porque o outro me define, me constrói e desconstrói (2013, p. 15).

E cito os versos de O promontório, do livro *Escuro*, da poetisa:

Como podem, pois,  
os que depois de mim vieram  
julgar-me assim, e ao meu mundo?  
...

E eu queria tanto estar-lhe de costas,  
poder dormir e mergulhar  
no escuro (AMARAL, 2015, p. 34).

Os versos evocam travessias em um cenário de paradigmas do real que espelham fios colhidos para se dizer feminina e que são rompidos na provocante abertura de anseio e de mergulho libertador. O-cu-par, portanto, é

---

revolucionar o pensar. Eis o sentido do *queer*. Pela grafia anglo-saxã desdobrada para a língua portuguesa e brasileira *cuir*, o termo deslocado se presentifica na poética, como a da poetisa Ana Luísa Amaral, podendo estar des-situado, desmistificado para outras zonas e *de costas* para o mesmo: normas, conceitos, estigmas, sempre na revisitação daqueles fios que descosem outros signos, outras paragens, outras realidades.

A intenção de *estar de costas* estaria ali ironizando o real, poder pensar, poder o-cu-par, e que, por trás, se entende, se mostra. É preciso dispersar, saber-se outro como instância a-normal, melhor, ex-cêntrico. O escuro metaforiza, assim, a constituição para ser sujeito, como pretende Foucault que, de um lado, apresenta a relação do enunciado “quem eu sou?”, do que pode atender para ser sujeito, para se tornar sujeito; e, de outro, a intenção de partir de uma fala que interpela, em um dado lugar, quem podemos ser.

É por isso que a literatura gera seus canais, pode o-cu-par espaços agenciados em estratégias interpretativas. Em *BaléRalé 18 Improvisos*, do escritor brasileiro Marcelino Freire (2003), em especial no conto *Homo Erectus*, as narrativas se referem às questões peculiares em torno dos reflexos culturais que giram para a negatividade do desejo entre homens, à concepção de que o sujeito é uma pessoa possível, ao abrir o prenúncio de que amar pode de todas as formas e dar o cu é relacional, é indisciplinar. Dar o cu, parindo o poder-foder, é agenciar uma política de o-cu-par, de pôr em ação, gêneros, não somente a identidade orientada da homossexualidade. O narrador escreve para querer espantar os recalques, estancar o sentido de **H**omemcis e de patriarcal.

Pela permissividade da escrita esteticamente atuante em Freire, o exercício de escrever é um passo para gritar com encenações que não conformam o sujeito homem estabelecido e submetido a ser o hegemônico, a ser o dominador. Os relatos do escritor pernambucano apresentam o sintoma de subjetividades por meio de falhas, ausências, impertinências, sobretudo propositais para compactuar com o dessemelhante, para quem não se desloca, quem não age nas dissidentes formas para se orientar como pessoa e identificar-se com seu gênero.

Lembro, com Emerson da Cruz Inácio (2016), que “o corpo silenciado não cala nunca: ele é um texto atravessado, trespassado, transpassado, híbrido, uma bioralitura. O corpo colonizado não escreve, reproduz! O Corpo Liberto se retraduz, cria, gesta, gera e se publica!”. Logo, a liberdade de um “gênero”, portanto, é “foder”, de acordo com o crítico Inácio. Assim, é preciso dar as

---

costas, poder mergulhar no escuro, como pressente o lirismo gestado na poesia de Ana Luísa Amaral. O  *fucking power*  se constitui por um modo político, que dá voz a..., a uma estética que se torna ética, não só por representar os/as subalternos/as, mas por enfrentar e resistir aos que nomeiam e expressam normativamente.

Seria esse  *O pecado de João Agonia* ? A dramaturgia portuguesa de Bernardo Santareno, carregada de carga dramática, coloca o plano da ação sob os rastros para a regulação da identidade sexual da personagem João Agonia. Descoberto por um certo “terrorismo anal” pretense para o drama vivido com Toino Giesta, o aprisionamento do protagonista Agonia é sentido na história dramaturgicamente com todas as castrações culturais do local, sendo estas geradas pelos diálogos comuns que se arriscam nas falas e que cospem para fora a evidência heteronormativa dos homens da família que não aceitam a homossexualidade de João. Além do ciúme de Maria Giesta ao ver o rosto do irmão talhado na madeira por Agonia, o amor não correspondido se torna abjeto, como descrito por João: “(Riso nervoso) Vai-te daqui, Toino! Corre, fuge de mim!! Não me mostres essa cara: sentes nojo?... tens medo?!... Sai da minha vida, Toino Giesta!!!” (SANTARENO, 2006, p. 146).

O relato de Agonia aponta para as agonias em cárcere. Vivida por Wilde, em  *De Profundis* , mostra o quanto estamos pondo o amor que ousa falar como ainda inacessível, inclassificável, impraticável para um poder livre de expressar ser gay, um modo de vida que se encontra em constante contestação, disforme, poluído para a ambiência higienizada.

Se a dramaturgia representa uma realidade vista como subversiva à natureza biológica/naturalizada de homens e compulsória na identificação de si, ela põe em mira o biopoder e a desconstrução do corpo abjeto, um eixo problematizado dentro da tônica do desejo/prática fora da instância da heterossexualidade, como pensa Butler (2003). Por outro lado, o silenciamento da dramaturgia de Santareno é o referencial da cultura local, também, estampado no acaso da escrita aprisionada do cânone português. Isso é visualizado pelo crítico Mario César Lugarinho (2001), quando analisa a obra do escritor português Al Berto como o provável ato consequente de afastamento de leituras críticas para o tema em questão, tanto como do próprio espaço literário que não ex-põe a homossexualidade como relato a ser dito.

Se a subversão custa caro para a literatura moderna e contemporânea, o drama português reflete o estado da arte e da vida na sua face mais cruel ao se

---

deparar com o fundamentalismo binário para os gêneros, para o que, a todo momento, se busca desconstruir em tempos de cólera que não cessam. Agredido e violentado verbalmente, tirada a vida pelos homens da família, João se o-cu-pa de uma estética que constrói o estabelecido. Porém, na contramão da experiência fundada na heteronormatividade, busca uma alternativa possível para expor um corpo cuja escrita faz acontecer com a provocação de conceitos e da sua expulsão no solo português.

Na evocação abjeta de revelar-se, assumir para si o corpo que semeia, escreve cartas, espreita pelo texto a criação de si mais ética. Mesmo estando em ambientes centralizadores, não solicita do centro a referência para se formar como sujeito e, frente aos moldes de corpos disciplinares, se coloca avesso ao plano *normal* e infame e faz a travessia para a morte. Mais uma vez, Emerson Inácio (2016) é recorrente: “Haveremos de assumir que destextualizamos e dessexualizamos o corpo e o saber; pior por deserotizarmos a História, a Vida, o Corpo, transformamos o texto estético, a Literatura na assepsia da vida burguesa”, e conclui: “A Literatura-Bovary não se sustenta mais. Precisamos de Literatura-Frankenstein”.

A prática reativa de que toma nota a literatura se oferece nos contextos que legitimam o refletir eixos qualificadores para as subjetividades, encontrando morada em linguagens que dispõem outros alcances para formas de existir. João Gilberto Noll, talvez, fala pelos distúrbios no espaço literário, promovendo um processo de diferir a ordem biológica e essencializada do corpo. “[...] sou um sujeito que vivi um tempo sem pouso, sem família, sem uma casa própria, sem um carro, sem computador, tenho um pouco essa tendência. Sacerdote da causa literária” (NOLL apud BRESSANE, 2000).

Noll se ocupa da vida na mobilidade, vendo-se disperso, rachado, errante. As histórias de vidas, em seus relatos ficcionais, são traçadas na experiência recorrente de vergar forças. Supõe-se que o corpo, como objeto de reflexão, é reconsiderado em sua relação de poder e, com ele, o próprio sujeito e protagonista da ação visa os regimes instituídos, normatizados, afetados por meio de regras, de condutas, de posições descentralizadas que tomam para si mesmos. Alerta o personagem, em *A fúria do corpo* (1981), que nome não interessa e ressalta a própria identidade na impressão de desfazer a sombra da estabilidade criando uma forma de vida sem dar créditos a destinos e contextos instituídos.

---

É pelos fiapos de histórias, de memórias que ganham significado em meio às fissuras, aos entre-lugares, a corpos metamorfoseados em inúmeras imagens que não se emolduram. As relações interpessoais jamais se deixam estar presas às reproduções naturalizadas do corpo nem pretendem seguir com o círculo da hetero-cisgeneridade. Se, em Noll, pode-se dizer que a subjetividade é suplementada com os dissidentes modos de viver, entra em curso a perspectiva de sujeitos que desordenam e, pela fluidez, narram a si.

Assim, a fúria do corpo é a intensidade do colapso de sentidos que enuncia o protagonista no trânsito com o mundo. Assinalaria, ainda, que a emergência do sujeito aí habitado no espaço narrativo se faz na tentativa de procurar suprir a incapacidade de estabelecer relação homogênea com o real e com o/a outro/a. Assim, a trans-form-ação do protagonista emerge da existência de si apoiada na “desterritorialização como movimento primeiro, não originário” (PELBART, 2016, p. 80) diante da leitura de Guattari sobre as cartografias esquizoanalíticas. Não há ambição de universalizar a pragmática ontológica em função da existência, e sim, de cartografá-la. Quer dizer, o que quer se tornar ou ser, o querer para si, não para de “completar, refazer, adensar, redesenhar, reajutando os próprios critérios cartográficos em função das urgências do presente, das situações evocadas, sempre singulares” (PELBART, 2016, p. 83).

O diferir do corpo se politiza, assim, na partilha da mobilidade, recusa de centramentos ou estados cêntricos a que os protagonistas, em Santareno e em Noll, não visam se adequar. O sentido da escrita, por esses lugares de agenciamento de enunciação, é menos dicotômico e se produz na operação de fraturas, transformações, transduções, reordenações por flutuação, implosões (PELBART, 2016, p. 85). Assim também, o corpo em fúria é o lugar de visualizar o arbitrário detectado pelo duplo movimento do personagem, aqui e ali, e mais além, a subjetividade se altera no plano da discursividade *cuir*, porque ela visa destotalizar, desreferenciar, deslocalizar.

Com uma política de erotização que afeta relatos de si, a exemplo de Ana Luísa Amaral, Marcelino Freire, Bernardo Santareno, João Gilberto Noll, aqui situados, o estado precário se ocupa de po-éticas para expressar sujeitos em suas cartografias políticas, quero dizer, mais fluidas, seja pelos relatos do cárcere seja pelos atos libertários, relatos que se pretendem por operarem significantes sentidos buscados em rompimentos com as normatizações: um ato de resistência. A arte e a política como transporte anfíbio, na expressão peculiar

---

de Silviano Santiago (2004), são apostas convenientes e precisas para operar o decurso de falas flexíveis, partilhadas e estratégicas para dar pinta, bafos transgeniais, transgenitais, com mais transgressões, posturas menos injuriadas e com as quais o espaço literário se permite.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Tradução por Henrique Burigo. Belo Horizonte: EdUFMG, 2002.
- AMARAL, Ana Luísa. Literatura e mundo em Novas Cartas Portuguesas: o azulejo dos tempos. *Revista de Rede Internacional Lyra Compoetics*, Porto, v. 1, n. 3, p. 5-24, 2013.
- AMARAL, Ana Luísa. *Escuro*. São Paulo: Iluminuras, 2015.
- BARCELLOS, José Carlos. *Literatura e homoerotismo em questão*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2006.
- BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- BARTHES, Roland. Literatura e significação. In: \_\_\_\_\_. *Crítica e verdade*. Tradução por Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: Edufba, 2017.
- BRESSANE, Ronaldo. Em busca da obra em aberto (Entrevista). *Revista A 2000*, Rio de Janeiro, 2000.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DERRIDA, Jacques. O teatro da crueldade e o fechamento da representação. In: \_\_\_\_\_. *A escritura e a diferença*. Tradução por Maria Beatriz Marques Nizza da Silva et al. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 339-365.
- FREIRE, Marcelino. *Balé Ralé 18 Improvisos*. Cotia/SP: Ateliê, 2003.
- INACIO, Emerson da Cruz. Manifesto para uma crítica poética de uma possível existência do corpo na diferença. In: GARCÍA, Paulo César; THÜRLER, Djalma (Org.). *Erotização da política e a política do desejo: narrativas de gênero e sexualidades em tempos de cólera*. Salvador: 2016. Inédito.
- LUGARINHO, Mário César. Dizer o homoerotismo: Al Berto, poeta queer. In: PARREIRA-DUARTE, Lélia et al. (Org.). *Encontros prodigiosos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; PUC-Minas, 2001, p. 852-863.
- LUGARINHO, Mário César. *A escrita literária e as formas da construção da identidade homossexual em Portugal*. Niterói/RJ: Universidade Federal Fluminense (UFF); Conselho Nacional de Desenvolvimento (CNPQ), 2004.
- NOLL, João Gilberto. [1981] A fúria do corpo. In: \_\_\_\_\_. *Romances e contos reunidos*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- PELBART, Peter Pál. *O avesso do nihilismo cartografias do esgotamento*. São Paulo: n-1 edições, 2016.
- PRECIADO, Beatriz. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. Tradução por Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

---

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. Tradução por Mônica Costa Netto. 2. ed. São Paulo: 34, 2005.

SANTARENO, Bernardo. *O pecado de João Agonia*. Lisboa: Editorial Nova Ática, 2006.

SANTIAGO, Silvano. *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e cultural*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004

Nota do editor:

Artigo submetido para avaliação em: 23/05/2018.

Aprovado em sistema duplo cego em: 25/06/2018.